

Ermírio apela a empresários para salvar a saúde

SILVANA DE FREITAS

O empresário Antônio Ermírio de Moraes, presidente da Beneficência Portuguesa de São Paulo, pedirá hoje ao empresariado brasileiro que pague o Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) para solucionar a crise dos hospitais. Este apelo será feito às 20h30 de hoje, em cadeia nacional de rádio e televisão. Também farão pronunciamentos o ministro da Saúde, Jamil Haddad, e o senador Elcio Álvares (PFL/ES).

Caberá ao ministro Jamil Haddad fazer um pedido à Justiça para que julgue rapidamente a constitucionalidade do Finsocial. Esta contribuição foi extinta (substituída pelo Cofins), mas o Governo estima que há US\$ 8 bilhões de sua arrecadação depositados em juízo. Jamil Haddad também vai mostrar a situação caótica da saúde, em função do bloqueio dos recursos do Finsocial, contestação judicial do Cofins e recusa do Ministério da Previdência em fazer repasses de recursos.

Sugestões — A comissão especial criada para elaborar propostas imediatas e de curto e médio prazos para resolver a crise da saúde entregou ontem à tarde ao presidente Itamar Franco uma série de sugestões, que exigirão mudanças na Constituição. Itamar disse que o relatório final da comissão será sua "Bíblia" na área de Seguridade Social e anunciou que poderá se antecipar à revisão constitucional, para adotar algumas sugestões, nos próximos meses.

Entre as propostas apresentadas pela comissão, formada por parlamentares, membros do Governo e representantes de entidades de saúde, estão o fim dos abatimentos no Imposto de Renda das despesas



Haddad, Álvares, José Eduardo e Antônio Ermírio levaram ao presidente Itamar propostas para Saúde

médicas, a revisão dos critérios para concessão de aposentadoria, destinação à saúde de 20% de arrecadação do Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF) — cerca de US\$ 120 milhões mensais — e fusão dos Ministérios da Previdência Social, Saúde e Bem-Estar Social.

O relatório da comissão especial, que servirá de roteiro para o presidente Itamar Franco, também traça um diagnóstico da Seguridade Social, englobando Previdência e Saúde. Estes setores tiveram, em junho, um déficit de Cr\$ 46,9 trilhões. Parte deste déficit será coberto pelos Cr\$ 35 trilhões de empréstimo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Fat) para socorrer os hospitais conveniados com o

Inamps.

Para equilibrar o orçamento deste ano, a Seguridade Social precisaria de mais US\$ 6,3 bilhões. Deste total, US\$ 3,4 bilhões correspondem ao déficit a ser acumulado até dezembro pelo Ministério da Previdência e US\$ 2,9 bilhões, ao déficit do Ministério da Saúde. A comissão criou três cenários, para propor medidas imediatas, de curto prazo e de médio prazo.

As medidas imediatas propostas são o empréstimo do Fat (já garantido através de medida provisória encaminhada ao Congresso), destinação parcial dos recursos de venda de estatais para a saúde (os recursos totais estimados são de US\$ 105 milhões) e a aplicação no setor dos recursos obtidos pela remuneração no mercado financeiro

de contribuições sociais recolhidas pelo Tesouro. Esta última tem a discordância do ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Finsocial — Para curto prazo, a comissão propôs corte e remanejamento do orçamento de investimentos dos Ministérios da Saúde, Previdência e Bem-Estar Social, pedido à Justiça que acelere o julgamento da constitucionalidade do Finsocial (extinto) e do Cofins e a destinação de 20% da arrecadação do IPMF para a saúde. Também foi proposto a criação de uma campanha nacional contra a sonegação do pagamento de contribuições em geral.

As medidas de médio prazo incluem fusão do Cofins e do PIS-Pasep. Os dois incidem sobre o fa-

turamento das empresas. O primeiro com alíquota de 2% e o segundo, de 0,65%. Também foi proposta a sobretaxação de cigarros e bebidas alcoólicas, para destinar os recursos ao financiamento da Seguridade Social. Outra sugestão foi a revisão total dos critérios para concessão de benefícios, com a extinção de todos os privilégios de aposentadorias especiais e de distinção entre mulheres e homens. Hoje, as mulheres podem aposentar-se com 30 anos de serviços, cinco a menos que os homens.

Todas estas sugestões, segundo o deputado Eduardo Jorge (PT-SP), que participou da comissão especial, não precisarão ser tomadas simultaneamente. A adoção de parte destas medidas dependerá de iniciativa do presidente Itamar Franco e de entendimentos com o Congresso e com o Supremo Tribunal Federal, a quem cabe julgar se o Finsocial e o Cofins são constitucionais.

Fusão — A fusão dos Ministérios da Saúde, Previdência Social e Bem-Estar Social tem a discordância dos próprios ministros. O ministro Jamil Haddad, da Saúde, disse ontem que "a tendência moderna é a descentralização e não a fusão". De acordo com ele, a fusão de vários institutos de saúde em um só — o Inamps — acabou provocando um "gigantismo" que inviabilizou o sistema de saúde.

O ministro Antônio Britto, da Previdência, também declarou ao deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que é contrário a esta medida, porque as fontes de financiamento dos três Ministérios são muito diferentes. A Previdência Social dispõe de recursos arrecadados pela contribuição social. Os outros recebem recursos a fundo perdido, do Tesouro.

Ana Araújo